

O discurso politicamente correto e seus estragos

Angélica Cantarella Tironi

Introdução

Nos últimos anos, as lutas identitárias ganharam uma força nunca antes vista nos movimentos de massa brasileiros. Em busca de um espaço para que as vozes das ditas minorias étnico-culturais fossem escutadas e legalmente representadas nas políticas públicas, diversos grupos foram formados sob inúmeras bandeiras de reivindicações.

Os grupos reivindicativos, mobilizados em grande parte pelas redes sociais, ganharam a simpatia da população. Essa “sororidade”¹ lhes permitiu avolumar a militância e suas questões de pauta serem defendidas por pessoas que não se enquadram nos grupos que eles representam. A democracia ganhou voz, um enxame de coros que denunciava e discutia padrões normativos produtores de segregação e sofrimento. Democraticamente melhor representada, a população se fortaleceu na tão cara liberdade de expressão que caracteriza o discurso ocidental.

No entanto, o que vimos acontecer logo após a ampliação das representatividades foi digno de nota. Os movimentos que lutavam para serem ouvidos, quando o foram, decidiram calar. Propuseram a língua “politicamente correta”, na qual as palavras consideradas discriminatórias foram interdidas, e aqueles que não pertencem aos grupos identitários foram calados sob a justificativa de não poderem ter voz sobre questões que não lhes afetam.

Fica à margem deste posicionamento o fato de o cerceamento da liberdade individual de expressar opiniões ir de encontro à demanda própria aos movimentos identitários, a saber, a garantia incondicional das práticas e dos discursos individuais. Silenciando aqueles que até então tiveram voz predominante, retornamos ao estado anterior, agora sob nova direção.

A liberdade de expressão e o politicamente correto

Mick Hume (2016) denuncia que, nas sociedades ocidentais, a liberdade de expressão é teoricamente defendida com unhas e dentes. No entanto, na prática, ela vem ganhando o advérbio *mas*, que coloca a liberdade sob condicional. Estas condições

¹ Sororidade é uma expressão utilizada pelas feministas para expressar a empatia e o companheirismo em torno de um objetivo em comum. Neste artigo, utilizo sororidade de forma alargada, para sinalizar a mobilização das lutas identitárias.

ficaram evidentes quando as publicações provocadoras do *Charlie Hebdo*² causaram consequências desastrosas para os cartunistas franceses. Naquele momento, um consenso internacional representado por figuras políticas e religiosas bastante diversas afirmavam a necessidade de restringir a liberdade de expressão, colocando limites no uso da linguagem considerada abusiva, no direito à ofensa, ao insulto e nos discursos de ódio. E de forma surpreendente, foi sendo revelado que boa parte da população ocidental era a favor destas restrições.

Quando a liberdade de expressão passou a ser considerada livre somente em certas ocasiões, a censura emergiu de forma diversificada: crimes de opinião, restrição da liberdade de imprensa, zonas de livre expressão e advertências. O maior problema decorre do fato de essa censura não ser imposta pelo governo ou por nenhum órgão validado pelo Estado. Trata-se de uma “censura oficiosa exercida por meio de códigos de discurso” (HUME, 2016, p. 34), que acusam a classe dominante de praticarem discursos de ódio ou pequenas agressões contra as minorias.

Em nome de uma “pseudodefesa da liberdade de expressão” (HUME, 2016, p. 15) os franceses prenderam diversas pessoas acusadas dos chamados crimes de opinião; os britânicos discutiram leis de controle da liberdade de imprensa e ampliaram a corrente extremista “No platform for racists and facists”³, banindo todos aqueles que pudessem, com palavras ou imagens, ofender ou prejudicar alguém; os americanos estabeleceram, dentro das universidades, as “zonas de livre-expressão”, espaços específicos destinados à expressão de opiniões e ideias, à exposição de cartazes e à distribuição de panfletos; e, por todo o mundo, houve um vertiginoso crescimento da advertência “Pode ferir susceptibilidades” impressa em livros, apresentada no início de filmes ou fixada na entrada de peças e exposições culturais. No Brasil, essa censura apareceu dissimulada sob o discurso “politicamente correto” que, inicialmente entoado pelas minorias, ganhou o apoio da imensa parcela da população.

Os grupos identitários ultimamente vêm exercendo o politicamente correto de forma violenta, desqualificando as intervenções que não coadunam de forma incondicional com suas propostas. As opiniões que rompem com esse consenso são rotuladas de ofensivas e caladas em nome de uma proteção aos direitos e às liberdades

² *Charlie Hebdo* é o nome da revista francesa atacada em um incidente terrorista, em 2015, por ter veiculado cartoons satirizando o profeta Maomé.

³ “No platform for racists and facists” significa “Não permitam plataformas para racistas e fascistas”. Iniciado nas universidades do Reino Unido, em 1974, esta corrente reacionária inicialmente visava os fascistas e os extremistas políticos. Atualmente ela objetiva não dar voz àqueles que proferem discursos contrários às crenças ortodoxas ou que possam ofender alguém com suas palavras (HUME, 2016, p. 25).

desses grupos. O que resta é um discurso uníssono, livre de contradições, que evidencia, ao fim, a dimensão segregacionista produzida por esses movimentos sociais.

O discurso politicamente correto interfere na estrutura da linguagem criminalizando algumas palavras de uso comum e substituindo-as por outras que pretendem ser esvaziadas de significações pejorativas. Através dessa interdição simbólica, o politicamente correto anseia que a sociedade esteja livre de preconceitos históricos. É o que vimos acontecer recentemente com os vocábulos preto, favela, deficiente físico, gay e velho, que, na “linguagem correta”, se tornaram negro, comunidade, portador de necessidades especiais, homossexual, idoso, terceira idade ou melhor idade.

Um outro exemplo dessa interdição ocorreu em fevereiro de 2017, quando a Associação Médica Britânica recomendou que, em respeito aos transexuais, seja utilizado o termo “pessoa grávida” em substituição de “mãe expectante”: “A ampla maioria das pessoas que ficam grávidas ou deram à luz se identificam como mulheres. Mas devemos incluir transexuais que podem ter uma gravidez usando o termo ‘pessoas grávidas’ ao invés de ‘mãe expectante’”⁴.

O grupo a favor dessas exclusões pressupõe que uma série de práticas simbólicas, naturalizadas na sociedade pela classe dominante, resultam de processos políticos e são responsáveis por manter os preconceitos, a injustiça e a pobreza. Interditando palavras que reforçam estigmas, os grupos minoritários pretendem uma transformação da linguagem e, conseqüentemente, dos valores e preconceitos que orientam as formações sociais efetivas (BOSCO, 2017, p. 95).

No entanto, as questões que se colocam são: o politicamente correto é um Outro simbólico capaz de ter efeito de recalque? Até onde ele incide no tecido social e afeta as coordenadas morais? A família de hoje transmite o politicamente correto ou ele é apenas um discurso “para inglês ver”?

O sujeito é determinado pelo inconsciente

Ao acreditar que interditando as palavras elimina-se as significações pejorativas que as acompanham, o discurso politicamente correto desconsidera o inconsciente estruturado como uma linguagem, tal como Jacques Lacan definiu em seu ensino. A psicanálise ensina que “nenhum sujeito pode ser causa em si mesmo” (LACAN,

⁴ <http://www.ilisp.org/noticias/associacao-medica-recomenda-evitar-chamar-gravidas-de-maes-para-respeitar-transsexuais/>.

1964/1998, p. 855), pois antes de ser um sujeito de fala ele é falado pelos seus pais. A criança já nasce banhada em um mundo discursivo do qual ela se alimenta, no qual ela se mistura, aprendendo no âmbito familiar a associação entre as palavras e seus sentidos correspondentes. Por esse motivo a linguagem não pode ser considerada um instrumento neutro, na medida em que ela carrega uma ligação entre significante e significado que antecede o próprio sujeito e a ele é transmitida.

Lacan nota que a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura, pois ela é responsável pela primeira educação, pela repressão dos instintos e pela aquisição da língua materna. É ela quem conduz os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico e “transmite estruturas de comportamento e de representação cujo funcionamento ultrapassa os limites da consciência” (1938/2003, p. 30). Esse ultrapassamento é elaborado por Lacan a partir do significante “complexo”, valorizado por Freud para destacar tudo aquilo é da ordem do inconsciente e de suas formações.

O inconsciente é um discurso que tem como princípio, identificações fundadas “na história, na memória, na identidade familiar” (MILLER, 2002-2003/2016, p. 202) de um sujeito. Estas determinações colocam os significantes em primeiro plano e orientam as significações que marcam a língua materna. Nesse sentido, não há como restringir um vocabulário discursivo na expectativa de eliminar da sociedade significações pejorativas ou preconceituosas.

Mesmo que a contemporaneidade tenha pulverizado a tradição a partir do momento em que fragilizou as instituições que a sustentavam, abrindo espaço para identificações que enaltecem o imaginário e o gozo em detrimento da ordem simbólica, o inconsciente resiste em seus significantes fundadores, carregando com eles os significados aprendidos pela língua do Outro.

A política da vitimização e os linchamentos virtuais

Os movimentos identitários consolidaram as redes sociais como um “novo espaço público” (BOSCO, 2017, p. 69). Essencialmente mais democrático, esse espaço mobilizou a sociedade para o reconhecimento das demandas de identidade e dos modos de vida não tradicionais. Estruturados em organizações representativas, objetivaram melhorar as condições sociais através da mudança de mentalidade e da conquista de direitos no âmbito jurídico (BOSCO, 2017, p. 77).

Essas lutas foram além da conquista de direitos e abarcaram “processos de afirmação das diferenças diante de um quadro universalista pretensamente

comprometido com a perpetuação de normas e formas de vida próprias a grupos culturalmente hegemônicos” (SAFATLE, 2015, p. 83). Desta forma, elas ampliaram as discussões sobre a necessidade de respeito às diferenças, pleiteando condições igualitárias para a formação da identidade pessoal – que passa pelo reconhecimento das diversas formas de vivenciar o campo da cultura, a vida sexual, as etnias e as potencialidades individuais.

Exercendo uma grande influência sobre o debate público, as redes identitárias elevaram a vulnerabilidade a que acreditam estarem expostas à categoria de vítima e incorporaram os índices de reconhecimento do que deve ser considerado como vítima. A partir daí a política identitária se tornou uma arena onde, em busca de reivindicação por reparações aos danos sofridos pelas mãos da classe dominante, os grupos disputam pelo reconhecimento. Para Sennett (2016, p. 201), “A necessidade de legitimar as próprias opiniões em termos de ofensa ou de sofrimento infligido liga cada vez mais os homens às próprias ofensas [...]: ‘o que necessito’ é definido nos termos ‘do que me foi negado’”.

Daniele Giglioli (2014/2018, p. 19) afirma que “A vítima é o herói de nosso tempo. Ser vítima dá prestígio, exige atenção, promete e promove reconhecimento, ativa um potente gerador de identidade, direito, autoestima. Imuniza contra qualquer crítica, garante inocência para além de qualquer dúvida razoável”.

A “política da vitimização” (HUME, 2016, p. 202) cresceu vertiginosamente nos últimos anos graças aos ativistas que, vasculhando os meios de comunicação, exigem retratações pelo uso de palavras consideradas indevidas, abusivas, difamatórias, ameaçadoras ou insultuosas. Através dessa máquina de reconhecimento de iniquidades, os movimentos identitários criaram mecanismos de correção para lutar contra as injustiças impostas aos segmentos minoritários. No entanto, eles mesmos, precipitados em suas sentenças, exigem uma adesão incondicional à palavra da vítima, promovendo, algumas vezes, sérias injustiças.

Coelho dos Santos (2016, p. 8) se posiciona de forma precisa ao dizer que:

[...] o progresso da ciência, o liberalismo econômico e a implacável lei do mercado, além da expansão da democracia, podem dar lugar a ideologias políticas totalitárias. Em particular, destaco o crescimento tirânico do discurso politicamente correto que, a pretexto de defender os direitos daqueles que sofrem injúrias com o preconceito social, instalam uma

vigilância paranoica contra supostos agressores e reivindicam indenização para todas as supostas vítimas.

Um dos mecanismos coercitivos mais popular na atualidade é a humilhação pública, sob a forma de linchamento virtual. Suas características mais saltares dizem respeito à quantidade de pessoas envolvidas no ataque e a desproporção entre o fato e os afetos de ódio e crueldade que ele suscita. Segundo os agressores, a humilhação é “motivada pelo desejo de fazer o bem” (RONSON, 2015, p. 133), ou seja, de denunciar aqueles que ultrapassaram os limites impostos pelo politicamente correto em nome da liberdade de expressão. No entanto, ao contrário do que dizem os linchadores, Ronson (2015, p. 135) considera que a rede social “deu a uma geração de liberais a permissão de ser mais conservadora”.

Há inúmeros exemplos de pessoas comuns, figuras públicas e famosos envolvidos em escândalos por falarem aquilo que atualmente julga-se que não deve ser dito. Muitas vezes, as palavras consideradas ofensivas são descontextualizadas das circunstâncias nas quais foram proferidas e destacadas da intenção que o sujeito tinha ao dizê-las. Elas são enfatizadas de maneira a causar uma comoção generalizada que exige pedidos de desculpas públicas e reparações àquele indivíduo ou grupo que se sentiu ofendido.

A “infração dos códigos discursivos” (HUME, 2016, p. 223) está promovendo uma série de censuras, demissões e processos. A exigência de uma enorme cautela com as boas maneiras linguísticas vem gerando um efeito inibidor nas pessoas que atualmente preferem deixar de dizer o que realmente pensam para não causar mal-estar.

Num mundo onde reina tal confusão sobre o significado da linguagem e em que ninguém tem certezas sobre o que pode dizer, o perigo é que as palavras percam significado. Em vez de debatem com sentido, vemo-nos envolvidos em exercícios vazios, procurando-se evitar palavras que ficaram desligadas da realidade. A obsessão com o uso de linguagem e de códigos correctos, em vez de dizer o que julgamos ser correcto, resulta na autocensura e em pedidos de desculpa em vez de clareza por via da argumentação. (HUME, 2016, p. 282)

As consequências nefastas da Novafala

1984, livro escrito por George Orwell no final da década de 1940, versa sobre os efeitos desumanizantes de um discurso totalitário na subjetividade humana. A Oceania era um Estado completamente vigiado por dispositivos que almejavam extinguir qualquer atividade que insurgisse contra as ideologias do Partido, encarnadas na figura central do Grande Irmão. O aparato governamental era composto por quatro Ministérios – da Verdade, do Amor, da Paz e da Pujança – responsáveis por administrar todos os detalhes necessários para a manutenção da ortodoxia do Partido. Seus preceitos ideológicos seguiam os do Socialismo Inglês (Socing)⁵, cujas características eram a estrutura piramidal, a adoração a um líder semidivino e a economia voltada para a atividade contínua de guerra que “devora o excedente de bens e contribui para preservar a atmosfera mental que convém a uma sociedade hierárquica” (ORWELL, 1949/2003, p. 235).

A Novafala, língua oficial da sociedade oceânica, era um aperfeiçoamento do inglês padrão. Ela visava atender às necessidades do Partido, qual seja, que o vocábulo fosse um meio de expressão da visão de mundo e dos hábitos mentais dos adeptos do Socing e um impedimento de todas as outras formas de pensamento. Seu vocábulo era composto por palavras referentes às atividades do dia, exprimindo pensamentos simples e utilitários; palavras com propósitos políticos de convergir as pessoas que as usavam para a ortodoxia do regime; e palavras científicas e técnicas.

Para realizar tamanha façanha, o Ministério da Verdade, responsável pela educação, cultura, notícias e entretenimento da Oceania, recorreu à redução da linguagem a um mínimo de palavras disponíveis. “Reduzindo a língua ao osso” (ORWELL, 1949/2003, p. 67), destruindo palavras, pretendia-se restringir os limites do pensamento, “ao menos na medida em que pensamentos dependem de palavras para serem formulados” (ORWELL, 1949/2003, p. 348). Assim, seria praticamente impossível ter um pensamento contra o regime, pois não existiam palavras necessárias para expressá-lo.

Além disso, o Partido controlava a realidade recontando a história, falsificando documentos e destruindo os registros que se opunham a seus interesses. O Ministério da Verdade retificava os editoriais para que o discurso do Grande Irmão estivesse de

⁵ “O Socing, que emanara dos primórdios o movimento socialista e que dele herdara sua fraseologia, na verdade conseguira concretizar o que havia de mais importante no programa socialista; com o resultado, antecipadamente previsto e pretendido, de que a desigualdade econômica se tornara permanente” (ORWELL, 1949/2003, p. 244).

acordo com as previsões que ele havia feito ou que as estimativas oficiais concordassem com os prognósticos anunciados. Segundo o governo, “A referência era sempre a deslizes, equívocos, erros de impressão ou citações improcedentes, os quais era necessário, em benefício da exatidão, corrigir” (ORWELL, 1949/2003, p. 55). Após retificadas, as versões originais eram jogadas através dos “buracos da memória” (ORWELL, 1949/2003, p. 51), tubos pneumáticos presentes em todas as estações de trabalho do Ministério que levavam os materiais a serem destruídos para as enormes fornalhas que desapareciam com eles sem deixar nenhum rastro. Quando o passado era falsificado e as provas desse ato ficavam sem nenhum parâmetro para ser confrontado, a mentira se tornava verdade.

1984 antecipa uma realidade que, na contemporaneidade, ganha voz não mais na figura do Grande Irmão, mas na do politicamente correto. Tal discurso almeja, tanto quanto o Partido, limitar o escopo do pensamento, reduzindo a quantidade de palavras que compõe o vocabulário discursivo. Desta forma, objetiva-se livrar o homem dos preconceitos e das injustiças cometidas às minorias desde épocas passadas até a atualidade. Inúmeros exemplos podem ser citados para dar corpo a este tema. Além de impedir que palavras sejam proferidas para não ofender uma determinada classe, ou substituí-las por outras menos carregadas de sentidos pejorativos, inúmeros livros didáticos estão sendo reescritos, não apenas para abarcar a diversidade cultural e religiosa, como para anular a determinação sexual que constitui a identidade humana.

Em 2014 o Tribunal Superior Europeu sancionou um parecer favorável ao “direito ao esquecimento”. Esse direito permite aos sujeitos ou às instituições que se considerem ofendidos por uma publicação veiculada nas redes sociais, exigir que os mecanismos de busca do Google deixem de referenciar as páginas que conduzam a tais informações, retirando-as do domínio público. Justificam esse direito como uma defesa à privacidade e à proteção de dados. Cinco meses após esta lei vigorar, quase meio milhão de páginas foram eliminadas (HUME, 2016, p. 118-119). Tal como no livro de Orwell, o direito ao esquecimento é uma forma contemporânea de reescrever a história, editando o passado para se ter controle sobre o futuro.

Referências Bibliográficas

BOSCO, F. (2017). *A vítima tem sempre razão?: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia.

- COELHO DOS SANTOS, T. (2016). “Desmentido ou inexistência do Outro: a era da pós-verdade”. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 11(22), 4-19. Recuperado de: http://www.isepol.com/asephallus/numero_22/pdf/2-Desmentido_ou_inexistencia_do_Outro.pdf.
- FOUCAULT, M. (1970/2002). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- GIGLIOLI, D. (2014/2018). *Crítica da vítima*. Belo Horizonte: Editora Âyiné.
- HUME, M. (2016). *Direito a ofender: a liberdade de expressão e o politicamente correto*. Lisboa: Tinta da China.
- LACAN, J. (1938/2003). “Os complexos familiares na formação do indivíduo”. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp. 29-90.
- LACAN, J. (1964/1998). “Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp. 843-864.
- MILLER, J.-A. (2002-2003/2016). *Un esfuerzo de poesía*. Buenos Aires: Paidós.
- ORWELL, G. (1949/2009). *1984*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RONSON, J. (2015). *Humilhado: como a era da Internet mudou o julgamento público*. Rio de Janeiro: BestSeller.
- SAFLATE, V. (2015). “Por um conceito ‘antipredicativo’ de reconhecimento”. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n94/0102-6445-ln-94-00079.pdf>.
- SENNETT, R. (2016). *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record.